

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/BA

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA BAHIA



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

**Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual da Bahia**

RELATÓRIO DE GESTÃO

2011

**Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual da Bahia**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 108/2010 e da Portaria TCU nº. 123/2010.

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA.

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE.

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Identificação da subações sob responsabilidade da UJ

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

2.4.2. Programação de Despesas Correntes

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação das Despesas

2.4.3.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

2.4.6 Despesas de capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

2.4.7 Indicadores Institucionais

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

- 7. DECLARAÇÃO REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS**
- 8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS**
- 9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ**
 - 9.1 Estrutura de controles internos da UJ**
- 10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.**
 - 10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**
- 11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**
- 12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO**
- 13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO**
- 14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA**
- 15. INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**
- 15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU**
- 16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**
- 17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**
- 18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA.**
- 19. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS.**
- 20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL**
- 21. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTDÁRIO**
- 22. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS**
- 23. INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES**
- 24. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA**
- 25. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES**
- 26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”**
- 27. SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**
- 28. INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESMOBILIZAÇÃO**
- 29. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS**
- 30. AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UJ**

1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: 2207
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA BAHIA			
Denominação abreviada: FUNASA/SUEST-BA			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255005	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação			
Principal Atividade:			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(71) 3241-4991	(71) 32414992	(71) 3266-6103 (FAX)
Endereço Eletrônico: coreba.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua da Ajuda nº 21/23 7º andar – Centro – Salvador – Ba. CEP 40.020-050			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Fundação Nacional de Saúde foi criada com base na disposição do art.14. da Lei nº8.029 de 12 de abril de 1990.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
O Decreto nº100 de 16 de abril de 1991, em conformidade com o Decreto nº. 4.727 de 09 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 10 de junho de 2003. Portaria nº. 1.776 de 08 de setembro de 2003 que aprovou o regimento interno da FUNASA, com publicação no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2003, o qual estabelece as competências das diversas unidades organizacionais, alterada temporariamente pela portaria nº. 780, publicado no BS nº. 21 FUNASA, de 26 de maio de 2006, alterada pela portaria nº. 1.810 GM/MS, publicada no Diário Oficial da União de 04 de agosto de 2006, Seção I, p.52, alterada pela portaria nº. 2.467 GM/MS, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2006, Seção I, p.57.			
Com a saída da Saúde indígena, a SUEST continuou a desenvolver ações de Saneamento Básico e incorporou ações de Saúde ambiental, está voltada inicialmente para ações de controle e qualidade da água.			
Na área de Saneamento Básico, a SUEST aprovou 132 projetos de SAA, SES e MSD do PAC 2 em 2011 e na área de Controle e Qualidade da Água, realizamos variatividades em várias aldeias e cidades de até 50.000 habitantes			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
255005		36211	

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE.

2. 1. Responsabilidades Institucionais

Na segunda metade do século XX, emerge a Administração Pública Gerencial, e a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações.

O Governo Collor formula a reforma administrativa com um viés acentuadamente econômico, pois a crise econômica e o cenário internacional influenciam a condução da reforma. Sua motivação reside na necessidade de saneamento das contas do governo e de controle do déficit público, como condição de entrada de investimentos estrangeiros, da retomada do desenvolvimento econômico e de uma inserção mais competitiva na nova ordem internacional.

No governo Collor inexistia um plano formal para a reforma, a redução do aparelho do Estado deu-se através da demissão de servidores e extinção de órgãos, sem assegurar a legalidade das medidas adotadas, através da reforma constitucional. As ações do governo estavam sustentadas sob a filosofia da “moralização do serviço público” e “caça aos marajás”, vez que os servidores públicos eram considerados como sendo a causa de todos os males que assolava o país.

Neste cenário é criada a Fundação Nacional de Saúde, FUNASA, fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, com base na disposição do art.14. da Lei nº8.029 de 12 de abril de 1990, que naquela ocasião tinha a finalidade de prevenir e controlar doenças e outros agravos à saúde; assegurar a saúde dos povos indígenas e fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças.

A FUNASA foi criada a partir do exclusivo, debate político e com um baixo grau de consenso social. O corpo funcional de instituições que foram extintas passou a compor uma única instituição, em que as atribuições pregressas permaneceram as mesmas, o que gerou uma ausência de integração plena entre os servidores e em alguns momentos até mesmo a competitividade.

A partir de 1995 passa a ser desenvolvida uma nova política de Estado. A reforma do aparelho do Estado e dos servidores tem como base o ajuste fiscal. O objetivo geral da reforma administrativa era de transitar de uma administração pública burocrática para a gerencial.

Período em que a FUNASA inicia a transferência de sua responsabilidade de execução das suas ações de saúde e o controle de agravos para os municípios, com a cessão de servidores para a implementação do SUS e a cessão dos bens móveis e imóveis ligados a estas ações, através do termo de comodato.

Um dos aspectos que merece destaque é que nesta ocasião parcela significativa do seu capital humano passa a desenvolver as suas atividades laborativas no Estado e/ou Municípios. A intenção destas medidas era de atender dispositivos da carta magna e oferecer ao cidadão um serviço público efetivamente mais barato, melhor controlado e com qualidade superior.

Em 2003 foi montada uma proposta com base no desenvolvimento sustentável, na democracia e na redistribuição da riqueza e o planejamento figura entre uma das áreas mais importantes do governo. Um dos desafios do Modelo de Gestão é “implementar uma nova gestão pública, ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão”, com o objetivo de implantar um Estado promotor do desenvolvimento com inclusão social, o que requer transformações significativas nas instituições públicas, principalmente nas do Poder Executivo Federal, com políticas ativas de modernização institucional.

Neste cenário a FUNASA tem a Missão de: “Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão, em consonância com o SUS e com as metas de desenvolvimento do milênio”.

Entretanto, tem que destacar que a transição do Estado regulador para o Estado promotor do desenvolvimento com inclusão social está associada a uma gama de transformações, que caracterizam um novo paradigma tecno-econômico, o que requer um novo modelo organizacional e uma nova forma de gerenciamento das instituições públicas.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e

transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A partir da saída da Saúde indígena para a SESAI-MS, A Funasa passou a ter suas ações direcionadas exclusivamente para o Saneamento em cidades de até 50.000 habitantes e o monitoramento da qualidade da água através do Desam (Departamento de Saúde Ambiental) na Presidência e das Sesam's (Serviços de Saúde Ambientais) nas Superintendências.

2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Identificação da subações sob responsabilidade da UJ

A seguir, serão apresentados os Programas, as ações e a execução física das respectivas subações desenvolvidas no âmbito desta Superintendência.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões

Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).							
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010				
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %		
Aprovar tecnicamente 01 projeto de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água de exercícios anteriores	Projeto Aprovado	Unidade	01	01	100		
Realizar 01 visita de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	01	01	100		

Fonte: Plano Operacional da Suest BA/2011

Análise Crítica

No exercício de 2011 um (01) projeto foi aprovado tecnicamente em 26/01/2011, (TC/PAC 0913/08 – Ribeirão do Largo).

Realizou-se uma (01) Visita Preliminar de Acompanhamento referente ao TC/PAC-1207/08 (Boa Nova), realizada em 06/07/2011.

Identificação da Ação
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %

Realizar 01 visita preliminar de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica preliminar realizada	Unidade	1	1	100
Realizar 01 visita de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unidade	1	1	100

Fonte: Plano Operacional da Suest BA/2011

Análise Crítica

A visita preliminar foi realizada 17/08/2011, referente ao TC/PAC 0001/10 do município de Teofilândia.

A Visita de acompanhamento foi realizada em 30/03/2011 em Camacan, referente ao TC/PAC 1197/2008.

Identificação da Ação
Denominação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.
Descrição: Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêm e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 habitantes.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programa do	Realizado	Realizado/Programado %
Realização de 62 visitas locais para definição da contratação de projetos	Visita técnica realizada	Unidade	62	62	100

Realização de 140 entrevistas com proponentes pré-selecionados para realização de obras	Entrevistas realizadas	Unidade	140	275	100
Apoiar tecnicamente a melhoria da gestão dos serviços de saneamento de 04 municípios.	Municípios apoiados tecnicamente na gestão dos serviços de saneamento	Unidade	3	3	100

Fonte: Plano Operacional da Suest BA/2011

Análise Crítica

O valor foi superior ao estabelecido na meta de realização de entrevistas em decorrência da realização de uma entrevista adicional ao previsto na ação de Esgoto (Carta consulta BA1207113932 - Esgoto - PREF MUN CONCEICAO DO JACUIPE). Além disso, não foram consideradas na elaboração do Plano Operacional a realização das entrevistas da ação de Melhorias Sanitárias Domiciliares (Total 134). Dessa forma, foram realizadas ao todo 275 entrevistas, sendo 83 para ação de Abastecimento de Água, 58 para ação de Esgotamento Sanitário e 134 para Melhorias Sanitárias Domiciliares (Ação: Esgoto - Solução Estática). Fonte: SIGOB

Foram apoiados tecnicamente três (03) municípios nas ações de melhoria de gestão dos serviços, sendo em Wanderley, Igaporã e Carinhanha.

Identificação da subação					
Denominação: Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programa do	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar tecnicamente municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	Municípios apoiados tecnicamente	Unidade	12	12	100
Analisar diagnósticos técnico-participativos dos PMSB	Diagnósticos analisados	Unidade	12	0	0
Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR.	Parecer elaborado	Unidade	02	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest BA/2011

Análise Crítica

Foram apoiados em 2011 os municípios de Amélia Rodrigues (CV 0267/2009), Barrocas (CV 0268/2009), Una (CV 0397/2010), Itacaré (CV 0388/2010), Canavieiras (CV 0364/2010), Ituberá (CV 0389/2010), Uruçuca (CV 0398/2010), Santa Rita de Cássia (CV 0395/2010), Belo Campo (CV 0354/2010), Conde (CV 0387/2010), Jiquiriçá (CV 0390/2010) e Piraí do Norte (CV 0392/2010). Esse apoio se deu por meio de orientações à elaboração, análise dos planos de trabalho e planilha orçamentária.

Não foi possível alcançar a meta de Analisar diagnósticos técnico-participativos dos PMSB, tendo em vista que nenhum dos convenentes elaborou o Diagnóstico Técnico-participativo. Salienta-se que apenas 02 convênios (municípios de Amélia Rodrigues e Barrocas) foram aprovados, porém os produtos ainda não foram elaborados. Assim, não foi possível analisar nenhum Diagnóstico técnico-participativo, pois nenhum foi entregue para análise.

A meta, Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR, foi estabelecida tendo em vista os convênios aprovados dos municípios de Amélia Rodrigues (CV 0267/2009) e Barrocas (CV 0268/2009). Entretanto, tendo em vista que os produtos ainda não foram elaborados pelos convenentes, não foi possível elaborar parecer final referente a estes produtos

Identificação da Ação
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 01 projeto de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares de exercícios anteriores	Projeto Analisado	Unidade	1	1	100

Realizar 03 visitas preliminares de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica preliminar Realizada	Unidade	3	3	100
Aprovar tecnicamente 04 projetos de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares de exercícios anteriores	Projeto Aprovado	Unidade	4	4	100
Realizar 21 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	21	30	100

Fonte: Plano Operacional da Suest BA/2011

Análise Crítica

Em relação ao projeto de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares de exercícios anteriores foi analisado o TC/PAC 0287/10 – Aurelino Leal.

Foram realizadas visitas referentes aos TC/PAC-0257/10 - Itaju Do Colônia, TC/PAC-0359/07 - Itajuípe e TC/PAC-0525/09 - Valente.

Foram aprovados tecnicamente projetos de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares de exercícios anteriores, sendo os TC/PAC-0257/10 - ITAJU DO COLONIA, TC/PAC-0359/07 - ITAJUIPE, TC/PAC-521//09 - ITAPICURU e TC/PAC-525//09 - VALENTE.

Na meta visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores, foram realizadas 15 visitas de acompanhamento de TC/PAC de 2007, 5 visitas de TC/PAC de 2008 e 10 visitas de TC/PAC de 2009, conforme o SIGESAN; 15 destas visitas foram realizadas no 1º semestre e 15 no 2º semestre (Dados do Sigesan).

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Faustino Barbosa Lins Filho – Funasa	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: igplan

Identificação da Ação
Denominação: 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de triatomíneos contribuindo para controle da doença de Chagas.
Descrição: A ação visa melhorar as condições físico-sanitárias da casa por meio de restauração (reforma) ou reconstrução; a restauração compreende, dentre os principais serviços, os seguintes: reboco das paredes internas e externas e pintura das mesmas; calçada de proteção em torno da casa; cobertura com materiais adequados; piso cimentado ou de madeira; recuperação de abrigo de animais e depósitos; substituição de cercas; e implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias; nos casos em que as casas não suportarem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Realizar 01 visita preliminar de convênio de exercício anterior	Visita técnica preliminar Realizada	Unidade	1	1	100
Aprovar tecnicamente 06 projetos de Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas de exercícios anteriores	Projeto Aprovado	Unidade	6	6	100
Realizar 49 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	49	71	100

Fonte: Plano Operacional da Suest BA/2011

Análise Crítica

Realizou-se visita preliminar de convênio de exercício anterior referente ao TC/PAC 1442/08 - Catolândia.

Foram aprovados os seguintes projetos: TC/PAC-0076/08 - BROTAS DE MACAUBAS, TC/PAC-0624/07 - CAMPO FORMOSO, TC/PAC-0631/07 - CORRENTINA, TC/PAC-1442/08 - CATOLANDIA, TC/PAC-1720/08 - FORMOSA DO RIO PRETO e TC/PAC-799//09 – PARAMIRIM

Ralizou-se Sendo 48 visitas de acompanhamento de TC/PAC de 2007, 13 visitas de TC/PAC de 2008 e 10 visitas de TC/PAC de 2009, conforme o SIGESAN; 43 destas visitas foram realizadas no 1º semestre e 28 no 2º semestre (Dados do Sigesan).

Identificação da Ação
Denominação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Propiciar resolutibilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional da Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Progra mad o	Realiza do	Realizado/ Programado %
Analisar 1 projeto de Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes (relativos aos pleitos de 2010)	Projeto Analisado	Unidade	1	1	100
Realizar 02 visitas preliminares de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica preliminar Realizada	Unidade	2	9	100
Aprovar tecnicamente 06 projeto de Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes de exercícios anteriores	Projeto Aprovado	Unidade	6	6	100

Realizar 01 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	1	1	100
---	---	---------	---	---	-----

Fonte: Plano Operacional da Suest BA/2011

Análise Crítica

A meta, Analisar 1 projeto de Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes, foi referente ao TC/PAC 0125/2010 - Barra (Saneamento em Assentamentos Rurais – Incra), analisado em 07.12.2011.

Foram realizadas as Visitas Técnicas preliminares dos TC/PAC 0518/07 - Sítio do Mato (visita realizada em 03.03.2011, porém o TC/PAC foi cancelado) e TC/PAC-1834/08 - Itacaré (visita realizada em 09.06.2011).

No que diz respeito a meta Aprovar tecnicamente 06 projetos de Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes de exercícios anteriores, trata-se do TC/PAC-1187/08 - BOM JESUS DA LAPA, TC/PAC-1830/08 - CAMAMU, TC/PAC-1832/08 - CANARANA, TC/PAC-1834/08 - ITACARÉ, TC/PAC-1848/08 - SEABRA e TC/PAC-812//09 - ABAIRA, aprovados no exercício 2011.

Referente a meta realizar 01 visita de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores, foram realizadas às visitas de acompanhamento feitas ao TC/PAC 0519/07 - Carinhanha (em 03.05.2011) e ao TC/PAC 0933/07 - Malhada (em 14.12.2011).

Identificação da Ação
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.

Descrição: Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Monitoramento da qualidade da água para consumo humano nas Aldeias Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado / Programa do %
Beneficiar as 20 aldeias indígenas com a implementação de ações para o controle da qualidade da água para consumo humano.	Aldeia beneficiada	Unidade	20	47	100
Realização de visitas técnicas para monitoramento da qualidade da água nas aldeias indígenas	Visita Técnica realizada	Unidade	20	47	100

Fonte: Plano Operacional da Suest BA/2011

Análise Crítica

A Portaria MS 518/2004 em seu artigo 8º determina que “cabe aos responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água, exercer o controle da qualidade da água”. Dessa forma, a FUNASA é responsável pelo controle da qualidade da água em terras indígenas e deve realizar esse controle em todas as aldeias.

O valor alcançado no ano de 2011 foi significativamente superior à meta pactuada em decorrência do aumento no número de servidores envolvidos nas atividades de controle da qualidade da água. Isto possibilitou que fosse realizado o controle e monitoramento da qualidade da água no maior número de aldeias possíveis, em conformidade a referida Portaria.

Identificação da subação

Denominação: Construção de Melhoria Sanitária Domiciliar					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado / Programado %
Elaborar projeto de implantação de melhoria sanitária domiciliar	Projeto Elaborado	Unidade	2	2	100
Construir melhoria sanitária domiciliar	MSD Construída	Unidade	192	192	100
Contratar a construção de melhoria sanitária domiciliar	MSD Contratada	Unidade	167	185	100

Fonte: Plano Operacional da Suest BA/2011

Análise Crítica:

As metas foram alcançadas, em virtude dos aspectos facilitadores da existência de projeto padrão e a empresa contratada é capacitada tecnicamente.

Identificação da Ação
Denominação: 10 GC - Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais - "Saneamento em Escolas".
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Promover a melhoria das condições de saúde dos alunos, reduzir evasão escolar e elevar a capacidade de ensino e aprendizagem por meio da melhoria das condições sanitárias das escolas públicas rurais em municípios selecionados.
Descrição: Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água mediante estudo hidrológico local e instalação de poço tubular (poços, cisternas, cacimbões, dentre outros); pequenas adutoras; dessalinizadores, quando necessário; caixas d'água; banheiros com dois gabinetes e um lavatório; cozinha e chafariz para atender as comunidades vizinhas, bem como capacitação de alunos, corpo docente e membros da comunidade local no uso e gestão da água.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar 2 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios	Unidade	2	2	100

	anteriores realizada				
--	-------------------------	--	--	--	--

Fonte: Plano Operacional da Suest BA/2011

Análise Crítica

A meta, Realizar 2 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores, refere-se aos TC/PAC 0836/2007 (Araci) e TC/PAC 0876/2007 (Serrinha).

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 8007	Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
Gerente: Silvano Silvério da Costa – Ministério do Meio Ambiente	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho a que estes estão submetidos.
Descrição: A ação de Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e será implementada por intermédio das modalidades abaixo relacionadas: a) Implantação, ampliação ou melhoria de Unidades Básicas de Materiais Recicláveis, assistência técnica, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos e desenvolvimento institucional; b) Assessoramento tecnicamente aos representantes de empresas públicas, fundações ou organizações não governamentais na elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Estadual da Bahia	36211	255005

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica a esta UJ. A operação de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Funasa.

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Não se aplica a esta UJ. A operação de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Funasa.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica a esta UJ. A operação de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Funasa.

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	36211	0927200890181	207.057,53		
			1012207502000	16.928,29		
			1012201222272			902.306,44
			1012207502000			4.881.290,28
			1012212872272			29.035,26
			1012800164572			87.868,70
			10512012220AG			8.593,31
1054101226908			43.702,50			

Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	36211	0306205814264			313,68
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	36211	1012207502000	145.555,41		
	Recebidos	36211	105120012220AF	236.400,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

Não se aplica a esta UJ.

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Não se aplica a esta UJ.

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Não se aplica a esta UJ

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica a esta UJ

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica a esta UJ – Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				

Convite	0,00	22.693,30	0,00	22.693,30
Tomada de Preços	879.594,27	471.970,66	0,00	471.970,66
Concorrência	0,00	90.622,72	0,00	90.622,72
Pregão	4.106.550,22	3.720.271,68	3.770.063,31	3.490.341,24
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	494.023,02	1.105.125,38	451.159,46	1.105.125,38
Inexigibilidade	1.287.924,17	855.501,16	1.266.127,73	854.802,72
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	382.654,93	654.086,74	382.654,93	654.086,74
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	223.985,82			223.985,82
Diárias	1.465.566,35	2.887.811,86	1.465.566,35	2.883.911,36
Outras				

Fonte:

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
Outros serviços de terceiro – pessoa jurídica	128.909,40		83.263,30				83,263,30	
Passagens e despesas com locomção	171.647,45		171.647,45				171.647,45	
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
Obras e instalações – Op.int.orc.	879.594,27							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

2.4.7 Indicadores Institucionais

Indicadores de saneamento ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2010
<p>Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*)</p> <p>(*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)</p>	<p>Medir a execução física das obras do PAC</p>	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$		Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	<p>Relatórios do Sigesan;</p> <p>Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)</p>	Densp Depin Suest		
<p>Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*)</p> <p>(*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)</p>	<p>Medir a execução física das obras do PAC</p>	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$		Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	<p>Relatórios do Sigesan;</p> <p>Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)</p>	Densp Depin Suest		

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2010
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$							
<p>Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*)</p> <p>(*) Acumulado – 2007 a 2009</p> <p>OBS.:Será por Core – definido em reunião com técnicos do Densp em 08.10.09</p>	<p>Medir o percentual de de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC</p>	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA} (*)}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$		Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest		
<p>Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*)</p> <p>(*)Acumulado – 2007 a 2009)</p>	<p>Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC</p>	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$		Eficácia	Planilha de acompanhamento em excel visita de acompanhamento de obras	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest		

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2010
Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *	Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado	$\frac{\text{Nº de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$		Eficácia	Planilha de acompanhamento Programação de acompanhamento	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp)	DENSP Suest		
Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2009	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{Nº de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (*)}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$		Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento (Diesp)/Sensp) Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp/Sensp)	DENSP Suest		
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (*) Acumulado – 2007 a 2009	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{Nº de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{Nº de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$		Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/Suest		

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2010
Percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2009	Aferir o percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MHCDC realizada (*)}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$		Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/Suest		

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Valores em R\$
1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
255005	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA BAHIA				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
36211	26989350001783	0,00	0,00	0,00	0,00
Razões e Justificativas: Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI.					
Fonte:SIAFI					

4. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	678.877,49	95.411,53	583.465,96	0,00
2010	2.493.547,24	1.049.514,50	1.288.355,60	
2009	600.561,42	108.514,50	490.279,79	
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	4.382.798,15	47.168,30	2.636.309,15	1.699.320,70
2010	237.089,42	2.340,07	234.749,35	
2009	340.217,64	1.460,88	340.042,14	
Observações:				

Fonte: SIAFI

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)			0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		800	3	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		267	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	528	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		5	2	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	5	4	1	0
3. Total de Servidores (1+2)				

Fonte:

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	528
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	528
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0

3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	528

Fonte:

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	7	7	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	7	7	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	7	5	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções gratificadas	14	14	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	14	14	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	12	12	0	0

Fonte:

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	2	6	156	204	22
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	1	4	156	204	22
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	2	1	0	0
2. Provimento de cargo em comissão					

2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	0	0	0	0	0
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	1	0	0	0	1
2.3. <i>Funções gratificadas</i>					
3. Totais (1+2)					

Fonte:

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>									
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>		9	92	133	565	195	8		
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>						4			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>									
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>					1	1			
2.3. <i>Funções gratificadas</i>									
3. Totais (1+2)		9	92	133	566	200	8		

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/11	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	1.507	

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/11	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	1.507	
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	1.507	

Fonte:

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	9	9	9	9	5.216,00
1.1 Área Fim	1	1	1	1	579,55
1.2 Área Meio	8	8	8	8	4.636,45
2. Nível Médio	28	28	28	28	10518,34
2.1 Área Fim	2	2	2	2	751,31
2.2 Área Meio	26	26	26	26	9.767,03
3. Total (1+2)	37	37	37	37	15.734,34

Fonte: SIAPE

	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										

Fonte:

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA NA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Não temos servidores terceirizados em atividades do plano de cargo					

Fonte:

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS NA

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte:

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: FUNASA – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA BAHIA														
UG/Gestão: 36211							CNPJ: 26.989.350/0017-83							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	07/2011	04.999.113/0001-01	01.04.11	31.03.12					23			A
2010	V	O	63/2010	10.702.684/0001-27	16.11.10						79			P
Observações:														
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>														

Fonte:

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	07/2011	04.999.13/0001-01	01.04.11	31.03.12				23			A
2010	V	O	63/2010	10.702.684/0001-27	16.11.10					79			P
Observações:													
LEGENDA													
Área:						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
1. Conservação e Limpeza;						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.							
2. Segurança;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
3. Vigilância;						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													
12. Brigadistas													
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
14. Outras													

Fonte:

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Não se aplica a esta UJ

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Não se aplica a esta UJ

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes

Não se aplica a esta UJ

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NA BAHIA					
CNPJ:26.989.350/0017-83		UG/GESTÃO: 36211			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	94		
		Montante Repassado	32.151.099,87		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	23		
		Montante Repassado	2.868.474,15		
2010	Contas prestadas	Quantidade	114		
		Montante Repassado	15.875.886,48		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	08		
		Montante Repassado	2.238.209,14		
2009	Contas prestadas	Quantidade	121		
		Montante	18.685.241,88		

		Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01		
		Montante Repassado	3.940,02		
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	14		
		Montante Repassado	1.451.662,66		
Fonte:					

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			95	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	23	
			Contas Não analisadas	16	
		Montante repassado (R\$)		32.151.099,87	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	01	
			Quantidade Reprovada	01	
			Quantidade de TCE	00	
Contas NÃO analisadas		Quantidade	54		
Montante repassado (R\$)		100.256.266,22			
2010	Quantidade de contas prestadas			106	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		23	
		Quantidade Reprovada		04	
		Quantidade de TCE		01	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		78	
Montante repassado (R\$)		30.121.439,39			
2009	Quantidade de contas prestadas			140	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		37	
		Quantidade Reprovada		11	
		Quantidade de TCE		07	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		85	
Montante repassado		7.595.140,97			
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		80	
		Montante repassado		1.957.513,27	
Fonte: SIAFI					

7. DECLARAÇÃO REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, João Antonio Maciel Maia, CPF nº 078.009.835-87, Superintendente Estadual - Substituto, exercido na Superintendência Estadual da Bahia declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cidade, 10 de março de 2012.

João Antonio Maciel Maia
078.009.835-87
Superintendente Estadual - Substituto

8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.

DECLARAÇÃO

Eu, João Antonio Maciel Maia, CPF nº 078.009.835-87, Superintendente Estadual - Substituto, exercido na Superintendência Estadual da Bahia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Salvador, 10 de março de 2012.

João Antonio Maciel Maia

078.009.835-87

Superintendente Estadual - Substituto

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	02	00	00
	Entregaram a DBR	02	00	
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SEREH

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTRLE INTERNO DA UJ.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		

12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
	Bahia	96	96
	Barra	4	4
	Bom Jesus da Lapa	2	2
	Barreiras	1	1
	Buerarema	1	1
	Carinhanha	2	2
	Casa Nova	4	4
	Coaraci	1	1
	Coribe	2	2
	Correntina	2	2
	Ibicarai	1	1
	Igaporã	1	1
	Ibotirama	2	2

Morpará	1	1
Paratinga	3	3
Itajuípe	1	1
Remanso	11	11
Riachão das Neves	2	2
Santana	1	1
São Desidério	2	2
Sapeaçu	1	1
Sento Sé	2	2
Uruçuca	1	1
Xique-Xique	3	3
Brejolândia	1	1
Canápolis	1	1
Campo Alegre de Lourdes	2	2
Pilão Arcado	2	2
Serra Dourada	1	1
Tabocas do Brejo Velho	1	1
Ubatã	1	1
Uauá	4	4
Teodoro Sampaio	3	3
Wanderley	1	1
Formosa do Rio Preto	1	1
Serra do Ramalho	3	3
Angical	1	1
Feira de Santana	2	2
Serrinha	1	1
Ilhéus	2	2
Vitória da Conquista	1	1
Juazeiro	3	3
Mansidão	1	1
Santa Rita de Cásia	3	3
Caravelas	1	1
Salvador	3	3
Chorrochó	1	1
Jequié	1	1
Muritiba	2	2
Rodelas	1	1
Total Brasil	Σ	Σ

Fonte: SOPAT/SUEST/BA

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
Bahia		1	1
Salvador		1	1
Total Brasil		1	1

Fonte: SOPÁT/SUEST/BA

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255005	3039.00001.500-0	05	RUIM	24.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3039.00003.500-0	05	RUIM	24.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3039.00005.500-1	05	RUIM	24.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	304100001.500-1	05	REGULAR	15.500,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3327.00006.500-2	12	BOM	31.586,68	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3353.00011.500-9	05	BOM	1.129.467,57	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3353.00013.500-0	05	BOM	120.876,64	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3353.00015.500-0	05	REGULAR	10.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

255005	3353.00017.500-1	05	BOM	69.712,27	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3363.00034.500-1	05	RUIM	1.508.457,97	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3377.00028.500-9	12	RUIM	340.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3377.00030.500-0	05	RUIM	583.555,64	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3387.00001.500-9	05	REGULAR	33.033,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3393.00004.500-0	05	BOM	194.662,48	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3417.00001.500-4	05	BOM	48.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3417.00003.500-5	05	TERRENO	4.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3421.00001.500-2	05	BOM	33.200,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3437.00038.500-0	05	BOM	25.688,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3441.00011.500-1	05	REGULAR	5.600,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3441.00015.500-3	05	REGULAR	324.324,91	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3443.00007.500-6	05	REGULAR	169.848,85	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3443.00009.500-7	05	REGULAR	52.083,68	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3443.00011.500-8	05	BOM	57.083,68	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3443.00013.500-9	05	REGULAR	49.386,68	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3453.00003.500-1	18	RUIM	28.410,75	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3459.00005.500-1	05	BOM	245.077,47	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3481.00001.500-6	05	BOM	28.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3481.00003.500-7	05	BOM	13.800,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3485.00001.500-9	05	REGULAR	70.760,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3485.00005.500-0	05	REGULAR	12.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3515.00209.500-5	05	REGULAR	107.600,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3521.00001.500-9	05	RUIM	12.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3541.00005.500-5	05	BOM	249.120,03	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

255005	3549.00003.500-0	10	BOM	113.389,05	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3549.00005.500-0	05	BOM	200.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3549.00007.500-1	10	BOM	18.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3549.00009.500-2	10	REGULAR	6.510,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3565.00005.500-2	05	REGULAR	28.980,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3565.00007.500-3	05	BOM	23.100,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3565.00009.500-4	12	TERRENO	39.480,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3569.00005.500-5	05	BOM	101.791,35	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3573.00185.500-3	21	REGULAR	16.320,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3611.00005.500-0	05	BOM	323.738,19	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3661.00112.500-8	18	TERRENO	36.560,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3669.00046.500-5	12	TERRENO	60.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3669.00048.500-6	05	BOM	131.968,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3669.00050.500-7	18	TERRENO	18.369,40	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3705.00001.500-0	05	BOM	16.800,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3733.00001.500-5	05	REGULAR	21.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3747.00001.500-5	18	TERRENO	2.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3747.00003.500-6	18	TERRENO	2.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3775.00006.500-8	05	RUIM	20.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3775.00008.500-9	10	BOM	50.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3775.00010.500-0	05	BOM	7.500,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3789.00001.500-0	10	REGULAR	26.000,01	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3789.00007.500-3	05	BOM	240.190,88	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3821.00004.500-4	17	BOM	41.012,36	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

255005	3821.00006.500-5	17	RUIM	54.946,55	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3821.00008.500-6	17	REGULAR	41.006,04	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3821.00010.500-7	17	REGULAR	54.946,55	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3821.00012.500-8	17	RUIM	57.946,55	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3821.00014.500-9	17	RUIM	51.150,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3821.00016.500-0	17	BOM	54.946,55	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3821.00018.500-0	17	BOM	48.150,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3821.00020.500-1	17	BOM	56.146,55	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3821.00018.500-2	10	REGULAR	41.006,04	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3821.00024.500-3	05	BOM	269.454,17	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3825.00001.500-0	05	BOM	42.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3825.00003.500-1	05	REGULAR	7.200,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3843.00003.500-0	21	REGULAR	28.010,75	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3849.00732.500-2	11	REGULAR	339.856,13	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3865.00001.500-0	05	REGULAR	154.850,80	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3877.00002.500-9	05	BOM	9.200,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3877.00004.500-0	18	BOM	18.900,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3891.00001.500-9	05	BOM	50.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3903.00007.500-8	05	REGULAR	24.964,09	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3903.00007.500-9	18	BOM	656.382,17	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3905.00001.500-2	05	REGULAR	94.578,01	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3909.00016.500-7	12	TERRENO	60.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3917.00001.500-6	05	REGULAR	12.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3927.00001.500-3	05	RUIM	152.303,89	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3927.00003.500-4	05	BOM	29.600,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

255005	3927.00005.500-5	05	REGULAR	9.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3939.00003.500-0	05	BOM	5.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3939.00011.500-1	05	REGULAR	50.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3939.00013.500-2	05	BOM	5.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3939.00015.500-3	05	BOM	10.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3945.00004.500-8	05	RUIM	15.000,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3953.00008.500-0	05	BOM	179.690,38	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3965.00054.500-5	05	RUIM	30.960,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3971.00001.500-0	05	BOM	79.906,93	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3971.00003.500-1	05	BOM	79.906,93	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3971.00005.500-2	05	BOM	249.743,64	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3977.00001.500-0	05	BOM	45.899,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
255005	3999.00002.500-6	10	BOM	10.360,00	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: SPIU-net

12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				x	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					x
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente					

<p>aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					
--	--	--	--	--	--

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Valores em R\$
1,00

Código da UG	255005	Limite de Utilização da UG	400.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Aldylene Maria Mazer Marques	192.022.372-04	23.544,00	9.070,00	14.473,34	23.543,34
Antonio Jorge Cersosimo	142.656.805-34	7.984,00	0,00	7.595,31	7.595,31
Arismário José Araújo	179.161.605-44	8.000,00	5.770,00	584,34	6.354,34
Cesar Bontempo Teixeira	279.243.515-15	17.500,00	6.340,00	10.487,66	16.827,66
Daniel Serafim Varjão	134.738.755-20	16.520,00	3.900,00	11.954,12	15.854,12
Divino Barbosa da Silva Sobrinho	168.284.705-59	28.186,00	9.420,00	13.340,38	22.760,38
Edilson Queiroz Cazumbá	367.017.855-49	4.000,00	0,00	3.950,60	3.950,60
Edivanildo de Souza Guimarães	360.645.725-15	16.000,00	2.420,00	13.430,80	15.850,80
Elza de Souza Benevides	225.719.735-68	17.000,00	1.620,00	15.016,18	16.636,18
Henrique José Conceição dos Santos	273.587.805-82	12.190,00	60,00	11.645,23	11.705,23
Israel Santos Bispo	384.982.197-97	6.000,00	0,00	12.869,85	12.869,85
Izaque Cordeiro dos Santos	222.673.955-68	1.054,00	0,00	892,15	892,15
Jorge da Silva Santos	375.651.175-87	13.500,00	0,00	12.869,85	12.869,85
José Aparecido dos Santos	402.337.824-00	8.000,00	3.930,00	4.057,86	7.987,86
José Antonio Passos de Almeida	065.382.235-91	19.500,00	4.900,00	14.403,27	19.303,27
José Marque Carneiro	071.853.245-72	8.000,00	0,00	7.955,85	7.955,85
José Silva Galdino	144.383.305-30	15.160,00	2.100,00	9.116,43	11.216,43
Josenildo Santos de Brito	144.986.265-91	800,00	0,00	82,00	82,00
Lauro Teixeira Deiró	254.444.415-00	16.244,00	30,00	15.775,44	15.805,44
Loureleno Alves de Oliveira	332.186.095-34	16.000,00	1.100,00	14.427,51	15.527,51
Manoel Messias Domingues Ferreira	151.785.955-72	7.000,00	0,00	6.972,00	6.972,00
Marlene Donato de Souza Ferreira	139.569.905-44	17.760,00	5.372,00	10.401,20	15.773,20
Nivaldo Santos Filho	329.491.895-04	15.500,00	3.450,00	9.708,50	13.158,50
Reginaldo Conceição Goes	143.648.755-20	15.988,00	2.390,00	13553,47	1.943,47
Silvio Ribeiro dos Santos	082.672.275-04	32.270,00	13.290,00	18.353,00	31.643,00
Uilson Fiaes Pinto da Silva	213.949.465-20	12.000,00	0,00	11.661,71	11.661,71
Valdecy Dias de Jesus	106.878.745-72	31.800,00	8.400,00	22.352,81	30.752,81

Vivaldo Nogueira de Oliviera	202.893.405-00	12.500,00	5.500,00	3.978,14	9.478,14
Total utilizado pela UG			89.062,00	285.038,96	374.100,96

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
(SÉRIE HISTÓRICA)**

**Valores em
R\$ 1,00**

Exercício s	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade e	(b) Valor	(a+b)
2011	19	89.062,00	28	285.038,96	374.100,96
2010	28	146.585,00	38	533.202,08	679.787,08
2009	29	162.278,00	35	495.043,61	658.321,61

Fonte: SIAFI

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.

Não se aplica a esta UJ

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de	

Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

QUADRO A.16.2 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC n°	

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a).....</p> <p>b).....</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC n°	

18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA.

Não se aplica a esta UJ

19. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS.

Não se aplica a esta UJ

20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL

Não se aplica a esta UJ

21. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTDÁRIO

Não se aplica a esta UJ

22. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS

Não se aplica a esta UJ

23. INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES

Não se aplica a esta UJ

24. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

Não se aplica a esta UJ

25. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

Não se aplica a esta UJ

26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

Não se aplica a esta UJ

27. SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Não se aplica a esta UJ

28. INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESMOBILIZAÇÃO

Não se aplica a esta UJ

29. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS

Não se aplica a esta UJ

30. AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UJ

Não se aplica a esta UJ

FUNASA



Ministério da
Saúde

